

A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Andréia da Silva Oliveira¹
Débora Araújo Leal²

RESUMO: Este trabalho explora a evolução dessa abordagem, destacando os pioneiros que contribuíram para sua implementação e as políticas públicas que a sustentam. A importância da educação integral é cada vez mais reconhecida, especialmente em um contexto onde a formação de cidadãos críticos e participativos é essencial para o desenvolvimento social. Aqui, são analisadas as políticas públicas implementadas nas últimas décadas, como o Programa Mais Educação e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A análise inclui a evolução dessas políticas, os objetivos e as propostas. Os desafios enfrentados na implementação da educação integral são variados, incluindo a resistência cultural, a falta de recursos e a necessidade de formação contínua para educadores. As perspectivas futuras incluem a necessidade de um maior engajamento da comunidade escolar e a importância de políticas que garantam a equidade no acesso à educação integral. As considerações finais reafirmam a relevância da educação integral como um caminho para a formação de cidadãos mais críticos e participativos. O trabalho conclui que, para que a educação integral se torne uma realidade em todas as escolas brasileiras, é necessário um compromisso conjunto entre governo, educadores e a sociedade civil.

Palavras-chave: Educação integral. Estudantes. Políticas Públicas. Brasil.

2280

ABSTRACT: This work explores the evolution of this approach, highlighting the pioneers who contributed to its implementation and the public policies that support it. The importance of integral education is increasingly recognized, especially in a context where the formation of critical and participatory citizens is essential for social development. Here, the public policies implemented in recent decades are analyzed, such as the Mais Educação Program and the National Education Guidelines and Bases Law (LDB). The analysis includes the evolution of these policies, their objectives and proposals. The challenges faced in implementing integral education are varied, including cultural resistance, lack of resources and the need for continuous training for educators. Future perspectives include the need for greater engagement of the school community and the importance of policies that guarantee equity in access to integral education. The final considerations reaffirm the relevance of integral education as a path to the formation of more critical and participatory citizens. The work concludes that, for integral education to become a reality in all Brazilian schools, a joint commitment between government, educators and civil society is necessary.

Palavras-chave: Comprehensive education. Students. Public Policies. Brazil.

¹ Mestra em Ciências da Educação pela Educaler University- USA, Professora da Rede Municipal de Ponto Novo – BA.

² Pós – Doutora em Docência Universitária pelo Instituto Universitário Italiano de Rosario, IUNIR- AR e Coordenadora Pedagógica em Feira de Santana – BA.

INTRODUÇÃO

No Brasil, muito tem se discutido sobre a educação integral e a sua contribuição para a formação dos estudantes. O conceito de educação integral está sendo introduzido aos debates e políticas educacionais para fomentar e garantir que os alunos tenham acesso não somente a conteúdos acadêmicos tradicionais, mas a um ensino que colabore para viver em sociedade contribuindo com a suas habilidades sociais e para aprender a lidar com as suas emoções.

Entretanto, a trajetória da educação integral no Brasil é construída através de diversos desafios e desigualdade social. Dutra (2018) “a educação no Brasil manteve-se um empreendimento para as camadas sociais da elite, uma educação aos pobres, outra para os poderosos, mentalidade que se encontra viva em muitos projetos de educação que pretendem sucatear, e efetivamente vem sucateando, a educação pública”.

Durante os séculos XVIII e XIX, o movimento iluminista trouxe à tona a educação como ferramenta essencial para a formação de uma sociedade guiada pela razão e pelo conhecimento, baseando-se no pensamento cartesiano e racionalista. No entanto, nem todos os iluministas compartilhavam a ideia de uma educação igualitária para todas as classes. Na prática, prevalecia a elitização do ensino, voltada para formar uma elite esclarecida, enquanto as classes populares eram destinadas a trabalhos manuais e pesados, refletindo a falta de preocupação em promover um desenvolvimento social amplo e integrado (PALLARES-BURKE, 2001, p. 53-66)

2281

Conforme Ibid (2001), avanço no âmbito da educação pública e compulsória não se baseou nas ideias iluministas de construção de valores como liberdade, autonomia e ecumenismo racional, e sim através dos ideais autoritários de estados centralizados que tinham preocupação com a manutenção da ordem social. Preocupados com o controle sobre o povo, enfatizando a obediência às regras e deveres, criou-se a ideia de educação pública não como emancipação intelectual, mas como controle social.

Dessa forma, a trajetória da educação integral no Brasil teve que enfrentar não apenas a ampliação do acesso ao ensino de qualidade, mas também a transformação de uma cultura educacional que, por séculos, reforçou as desigualdades. Contudo, a construção de uma educação integral, voltada para o pleno desenvolvimento humano, é um desafio contínuo que requer investimentos em políticas públicas inclusivas e no fortalecimento do papel social da escola como um espaço democrático e emancipador.

METODOLOGIA

A fim de se entender melhor do que se propõe esse tema, foi feito um estudo através de pesquisas bibliográficas em busca de informações que servissem para a construção desse trabalho. Diante disso, após a coleta das informações a respeito do tema, foi sistematizada ao longo deste trabalho elementos encontrados na literatura.

O estudo se iniciou com a “leitura flutuante” dos artigos selecionados, explorando os materiais para servirem de pilares para este trabalho. Com isso, conseguiu-se obter elementos para a elaboração do artigo.

Entretanto, essa pesquisa se justifica por entender que cada vez mais a metodologia de educação integral está sendo inserida nas escolas, e com isso, precisamos entender os benefícios, obstáculos e os impactos que a mesma pode causar no sistema educacional e na sociedade.

OS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Durante a década de 1920 e 1930 houve modificação educacional em alguns estados do Brasil, incluindo novas metodologias pedagógicas que colaborassem para avançar no sistema educacional brasileiro. Profissionais como Lourenço filho, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira.

2282

De acordo com Silva (2010, p. 04) “em 1932, ocorreu a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, movimento que marcou a educação nacional e defendia a ideia de uma educação pública gratuita e laica para todos os cidadãos brasileiros.”

No Brasil, podemos dizer que foi com Anísio Teixeira, na década de 50, que se iniciaram as primeiras tentativas efetivas de implantação de um sistema público de escolas com a finalidade de promover uma jornada escolar em tempo integral, consubstanciada em uma formação completa. (COELHO, 2009, p. 90).

As iniciativas educacionais de Anísio Teixeira, tanto no Rio de Janeiro nos anos 1930 quanto na Bahia durante a década de 1950, mostram sua forte dedicação a uma educação pública e integral. Em 1931, como diretor geral da Instrução Pública do então Distrito Federal, ele propôs um modelo de escola focado no desenvolvimento completo do indivíduo, que não apenas instruísse, mas também incentivasse a melhoria da qualidade de vida. Esse modelo de educação incluiu a formação de hábitos de higiene, leitura e estudo, além de estimular a curiosidade, a crítica e a reflexão (TEIXEIRA, 1997, APUD DUTRA, 2018, p. 09).

Para Anísio Teixeira, uma escola realmente eficaz deveria ser de tempo integral, tanto para alunos quanto para professores. Em sua visão, universalizar a educação básica significava garantir o acesso a todos, defendendo que a educação não era um privilégio reservado a poucos.

Ele via a escolarização tradicional como um meio limitado de formação e defende o modelo do Centro Popular. Para ele, a função da escola é além da especialização; uma instituição deveria ser responsável pela formação intelectual e social, enquanto a educação em sentido amplo ocorria também na classe social e na sociedade como um todo (CORDEIRO, 2001, p. 02).

Para Pestana (2014, p. 09), é fundamental destacar a influência do filósofo americano John Dewey no pensamento educacional brasileiro, especialmente pelo impacto de suas ideias sobre Anísio Teixeira. Embora suas ideias apresentam grandes semelhanças, Anísio não se limitou a replicar as propostas de Dewey; ele desenvolveu uma abordagem original, adaptada ao contexto brasileiro. Assim, Anísio incorporou os princípios da educação democrática e progressista de Dewey, mas buscou formular um modelo de educação pública e integral que atendesse às necessidades e desafios específicos da sociedade brasileira.

[...] O pensamento de Anísio pode ser visto como um elo de uma corrente onde também se situam as ideias de Dewey; como se o primeiro, por meio de uma escolha, fosse em busca de um ancoradouro, ou melhor, daquilo com o qual se identificasse, para, a partir desse ponto, construir as suas próprias ideias (CHAVES 1999, p. 87).

Essa busca por identificação e alinhamento com as ideias de Dewey permitiu que Anísio desenvolvesse suas próprias concepções sobre a educação integral, enfatizando a importância de um ensino que considerasse não apenas o aspecto acadêmico, mas também o desenvolvimento integral do indivíduo. Assim, a obra de Anísio se torna um elo fundamental na construção de uma educação que visa formar cidadãos completos, refletindo uma visão progressista e humanista da educação.

2283

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

As políticas públicas voltadas à educação integral têm evoluído ao longo dos anos, sendo de grande importância para o desenvolvimento do cenário acadêmico atual.

As iniciativas de políticas públicas têm se destacado para colaborar com a formação de qualidade dos estudantes e para cooperar no desenvolvimento integral dos alunos. Mas, o aumento da educação integral ainda encara desafios como a necessidade de profissionais da educação preparados, desigualdades regionais e a falta de recursos. De acordo com Dutra (2018, p. 03),

A construção de uma educação integral é papel do estado e direito do cidadão, como aponta a legislação educacional brasileira nos artigos 205, 206 e 227 da Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n. 9.089/1990), nos artigos 34 e 87 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/1996), no Plano Nacional de Educação (PNE, Lei n.10.179/01), e no Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEB, Lei n.11.494/07).

Além disso, o novo Plano Nacional De Educação (PNAE), tem como uma das metas ampliar o tempo integral da educação integral, erradicação da desigualdade e uma maior disponibilidade de uma educação escolar de qualidade principalmente para as comunidades quilombola, indígenas e rurais que ainda sofrem com a falta de uma educação de qualidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que serve para orientar o currículo das escolas no Brasil, também elencar a relevância do desenvolvimento integral dos alunos, abrangendo de forma flexível e adaptável a realidade dos estudantes, o que se alinha à proposta de educação.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise da educação integral no Brasil revela um panorama complexo, onde os avanços e os desafios coexistem. Os resultados obtidos a partir das políticas públicas implementadas nas últimas décadas mostram um aumento no reconhecimento da importância da educação integral como um direito fundamental. Essa abordagem busca não apenas a formação acadêmica, mas também o desenvolvimento integral do estudante.

Os dados indicam que, apesar das iniciativas positivas, como a criação de programas voltados para a formação integral, ainda existem desafios. Entre os principais desafios identificados estão a resistência à mudança nas práticas pedagógicas tradicionais, a falta de formação adequada para os educadores e a necessidade de infraestrutura que suporte essa nova proposta educacional. Além disso, a desigualdade de acesso à educação de qualidade continua a ser um obstáculo, especialmente em regiões mais vulneráveis do país.

As discussões em torno dos resultados também apontam para a necessidade de uma maior articulação entre os diferentes setores da sociedade, incluindo a participação ativa das famílias e da comunidade. A centralidade do estudante no processo educativo deve ser acompanhada por um compromisso coletivo para garantir que todos os alunos tenham oportunidades equitativas de desenvolvimento.

Em suma, os resultados evidenciam que, embora a educação integral no Brasil tenha avançado, é fundamental continuar investindo em políticas públicas que promovam uma educação de qualidade, inclusiva e que atenda às diversas necessidades dos estudantes. A superação dos desafios identificados é crucial para que a educação integral se torne uma realidade acessível a todos, contribuindo assim para a formação de cidadãos mais completos e preparados para os desafios do século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer alguns caminhos objetivando entender sobre a trajetória da educação integral no brasil, entendemos que é de extrema necessidade sabermos como a educação integral ela foi construída na educação brasileira. necessário compreender como esse conceito de educação integral vem sendo implementado ao longo da história. Nesse sentido, vemos que a temática não é uma questão nova, mas sim um reflexo de anos de estudos educacionais.

A educação integral tem respaldo nos marcos legais brasileiros, abrangendo tanto a educação formal quanto outras áreas da política social. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90, artigo 57) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96, artigos 34 e 87, § 5º) preveem a ampliação progressiva da jornada escolar para o regime de tempo integral, garantindo suporte normativo para sua implementação (SILVA, 2010, p. 06).

Embora as políticas públicas estejam avançando, é necessário continuar buscando iniciativas para implementação de diálogos com entre docentes, políticos e famílias, para que seja construído um espaço educacional com igualdade e funcional. Possibilitando aos alunos uma educação de qualidade e que contribua com o seu desenvolvimento acadêmico e social.

Ao longo deste trabalho, demonstramos que a educação em tempo integral se estende além da mera adoção das metodologias mais recentes. Entender seu contexto histórico é essencial para compreender as implicações políticas e educacionais substanciais deste conceito. Contudo, ainda existe a necessidade de mais trabalho de pesquisa e práticas sobre esse tema, para que cada vez mais, haja uma compreensão sobre esta temática. Visto que, a eficácia da educação em tempo integral depende do reconhecimento de seu contexto sócio-histórico.

2285

REFERÊNCIAS

CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira? *Educação & Sociedade*, v. 23, p. 247-270, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LYGC8CQ8G66G6vrdJkcBjwL/?format=pdf&lang=pt#page=5.26> Acesso em: 14 out. 2024.

CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 20, p. 249-259, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/VqDFLNVT3D75RCG9dQ9J6s/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 14 out. 2024.

CHAVES, M. W. **A afinidade eletiva entre Anísio Teixeira e John Dewey.** *Educação & Sociedade*, Campinas, SP, n. 11, p. 86-98, maio/jun./jul./ago. 1999.

DUTRA, Thiago; MOLL, Jaqueline. A educação integral no Brasil: uma análise histórico-sociológica. *Revista Prática Docente*, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 813-829, 2018. DOI: 10.23926/RPD.2526-2149. 2018.v3. n2. p813-829.id234. Disponível em: <https://periodicos.cfs.ifmt.edu.br/periodicos/index.php/rpd/article/view/594> Acesso em: 13 out. 2024.

FIGUEIREDO DO AMARAL E SILVA, L. Políticas educacionais de educação integral e de tempo integral no Brasil: concepções e tensões entre o previsto e o realizado. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE*, [S. l.], v. 39, n. 1, 2023. DOI: 10.21573/vol39n12023.117693. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaed/article/view/117693> Acesso em: 13 out. 2024.

PALLARES-BURKE, M. L. G. Educação das massas: uma ‘sombra’ no século das luzes. Invida, D. G.; HILSDORF, M. L. S. (Org.). *Brasil 500 anos: tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 53-66.

PESTANA, Simone Freire Paes. Afinal, o que é educação integral? *Revista Contemporânea de Educação*, v. 9, n. 17, p. 24-41, 2014. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/aperfeiamento-em-educao-em-tempo-integral-apostilao4.pdf#page=1.23> Acesso em: 14 out. 2024.

2286

SILVA, Odair Vieira da. Trajetória histórica da educação escolar brasileira: análise reflexiva sobre as Políticas Públicas de Educação em Tempo Integral. *Rev. Cient. Ele. De Ped.* ISSN, 2010. Disponível em:https://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/RZlpLbZvikzJtb_2013-7-10-12-0-56.pdf Acesso em: 15 out. 2024.